



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/03/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	4 - 5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	6

# Deputado solicita criação de Vara Agrária, após conflitos no interior

Tema foi tratado em reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; parlamentar fez indicação pela criação de nova vara judicial

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o deputado Zé Inácio (PT) participou de reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Eles discutiram a instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do deputado, que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratam de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A



Zé Inácio e desembargador José Joaquim terão novo encontro

tensão social agrava-se a cada dia e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que haverá novo encontro

com o desembargador José Joaquim e representantes das entidades que lutam para combater a violência no campo. “O campo derrama sangue todos os dias. O povo que vive nestas áreas está cansado de ter suas terras invadidas e propriedades saqueadas, e junto

com isso, a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão fazendo com que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente. Logo, a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Em 2015, foi realizada na Assembleia Legislativa uma audiência pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias, que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos, o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016 foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas. ●

## ESCLARECIMENTO PÚBLICO

A Cyrela lamenta e pede sinceras desculpas pelos incômodos ocasionados aos moradores dos condomínios Jardim de Provence e Jardim de Toscana e informa que foi acordado com o Ministério Público do Maranhão um plano para dar continuidade aos reparos nos dois empreendimentos.

Os acordos serão submetidos ao Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos para homologação.

A Cyrela reitera que dará todo o suporte necessário aos condôminos durante o período das obras e reforça que está empenhada em identificar e corrigir qualquer problema técnico em seus empreendimentos em São Luís.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A



**Exposição no Fórum** - Como parte das atividades do mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, está em cartaz na Galeria de Arte do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) a exposição "Eu sou Mulher". A exposição, fica em cartaz na Galeria Celso Antônio de Menezes (hall do Fórum) até amanhã, dia 27 de março. O espaço é aberto ao público de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, das 8h às 18h.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico S.R.P. nº 18/2018  
Processo nº 10.572/2018**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de água mineral acondicionada em: vasilhames plásticos de 20 litros, garrafas plásticas de 1,5 litros, garrafas plásticas de 500 ml sem gás, bem como o fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros; **Abertura:** 11/04/2018 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 22 de março de 2018. **Kátia Araujo Gonçalves** - Pregoeira do TJMA.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico S.R.P. nº 17/2018**  
**Processo nº 6.445/2018**

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de acessórios para TI; **Abertura:** 11/04/2018 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 22 de março de 2018.  
**Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**



# Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



## Escalada da violência

Os crimes de grande repercussão que causam indignação na sociedade mostram o lado bárbaro do país e trazem à tona novamente a discussão sobre as bases jurídicas de enfrentamento da violência e da criminalidade.

Reformas na legislação penal, propostas de recrudescimento das penas e medidas para agilizar o julgamento de criminosos surgem novamente como propostas de superação das mazelas causadas pela escalada do crime no país. É sempre assim. A cada crime que provoca o clamor popular, políticos demagogos defendem tratamento rígido à criminalidade e pedem mudanças na legislação penal para reduzir os índices alarmantes de violência, embora saibamos que isso não vai resolver o problema se o Estado brasileiro continuar ausente na garantia dos direitos básicos do cidadão.

Não se combate criminalidade apenas com processo penal e com direito penal. A questão não é só alterar a lei penal e a lei processual penal.

É preciso também combater as causas da criminalidade. Infelizmente, nossos governantes ignoram isso e potencializam seus discursos para atender tão somente os holofotes.

Fazer a população acreditar que a violência é sinônimo de falta de legislação penal é um ardiloso meio de controle social, que afronta diretamente a Constituição Federal.

Temos que ser realistas. Sem a implementação de políticas públicas anteriores às políticas do direito penal, a questão da criminalidade nunca será resolvida no país.

A questão não se trata apenas de um problema de Polícia. É um problema de políticas públicas, de inserção.

No Brasil, busca-se cuidar dos efeitos e não das causas da violência. Guiados por um discurso irracional, nossos governantes apontam apenas o rigor da norma penal para a solução da criminalidade, tratando a questão de forma superficial, sem propostas estruturantes, que representem, de fato, mudanças concretas.

Como perderam a capacidade de gerenciar os conflitos sociais e não tem nada a oferecer em termos de segurança para a população, o Poder estatal procura iludir a sociedade, adotando uma política do pão e circo, com ações inócuas e ineficientes para debelar os problemas. São soluções milagrosas e fáceis para problemas extremamente complexos.

Seus manifestos contra a violência são meras cortinas de fumaça. A toda hora se anuncia novas medidas de combate ao crime, que em pouco tempo se mostram ineficazes.

Isso ocorre porque o Governo não combate os seus defeitos no tratamento da criminalidade no país.

É uma incoerência o Governo querer oferecer soluções para o problema da criminalidade, quando ele próprio não cumpre a sua obrigação fundamental de investir em educação, que é única solução verdadeira para mudar a mentalidade das pessoas.

É por isso que o país convive com uma criminalidade exacerbada e é dominado pelo “submundo” da ilegalidade.

O Estado Brasileiro tem se mostrado ineficiente para debelar essa afligente problemática, uma vez que suas ações são frágeis e não atingem os reais objetivos.

Enquanto isso, as pessoas vivem acuadas, presas por grades, cercas elétricas, alarmes, nas suas próprias residências, assistindo atônitas as ações miraculosas do Governo que quase sempre restam inócuas.

A situação é grave. Hoje, quando não somos vítimas diretas em um caso específico de violência, temos sempre uma história a contar sobre um atentado à vida que aconteceu ao nosso redor. Ou com amigos ou na rua onde moramos ou no restaurante que conhecemos ou no edifício que já visitamos. Não há mais lugar totalmente imune ao processo de violência humana. A vida – que é o nosso maior valor – está cada vez mais ameaçada num ambiente hostil e selvagem com estatísticas sombrias.

Se os números assustam, a banalização de mortes e crimes violentos não parece ter limite. Não se vive hoje sem o medo constante da agressão física ou moral. Não se consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena em nenhum ambiente que frequentamos.

A sociedade está perplexa e não sabe se comportar diante de situação tão incômoda. Não podemos mais conviver com a barbárie escancarada, a guerra a céu aberto, distanciando-nos dos padrões civilizados.

Estamos numa encruzilhada. Se não forem feitas alterações sérias nas políticas de segurança pública, chegaremos ao estado de total inviabilidade. A violação diária da ordem pública extrapolou o limite do suportável pelos cidadãos, com o fortalecimento do poder paralelo da criminalidade, que adquire uma brutalidade cada vez mais espantosa.

O combate à escalada da violência só é possível com três ingredientes fundamentais: inteligência, tecnologia e vontade política. Segurança não pode ser colocada em primeiro plano apenas quando ocorrências pontuais despertam a atenção da opinião pública.

É preciso uma mudança de mentalidade e o engajamento sincero e o comprometimento daqueles que acreditam na mudança, para que estes não se tornem cúmplices do caos. Os valores éticos e morais de preservação da dignidade humana precisam ser resgatados.

O Governo não pode continuar trabalhando de forma reativa, só se movimentando quando surge o problema. É necessário uma mudança de paradigmas, o que requer muito esforço.

Revela-se primordial a implementação urgente de programas que incentivem uma política de segurança preventiva, na perspectiva de garantir a segurança dos cidadãos.

A sociedade brada por soluções na questão da criminalidade. Não com fórmulas milagrosas ou modelos mágicos de combate à violência, mas com a implementação de ações preventivas, corretivas e educacionais, com ações de resultados duradouros. Isso vai depender de investimentos e reformas profundas.